

30/10/2023

APEOESP

102

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

VAMOS INTENSIFICAR NOSSA PRESENÇA NA ALESP!

Subsedes devem enviar delegações para dialogar e pressionar deputados e deputadas a não aprovarem a PEC 9/2023 (corte de verbas da Educação)

Também deve ser intensificada coleta de assinaturas na Proposta de Emenda à Constituição de iniciativa popular para garantir 30% do orçamento para a Educação

APEOESP cobra reunião com a SEDUC para discutir os critérios para atribuição de aulas e a prorrogação dos contratos da categoria 0

Exigimos o envio dos projetos de lei das Atividades Pedagógicas Diversificadas (APD) e falta-aula

Continuamos na luta pela revogação da LC 1374/2022 e demais reivindicações

Nosso Sindicato também denuncia incompetência da SEDUC e exclusões no concurso

Reunida na manhã de segunda-feira, 30/10, a Diretoria Executiva da APEOESP reafirmou a convocação para que todas as subsedes organizem caravanas para a Assembleia Legislativa às terças e quartas-feiras, com grande número de professores e professoras. Vamos dialogar com deputadas e deputados, percorrer gabinetes e ocupar a galeria pressionando pela não aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 9/2023, na qual o governador corta verbas da Educação, de 30% para 25% do orçamento.

Tarcísio, tire as mãos do dinheiro da Educação!

Todos perdem com essa PEC: professoras e professores e demais profissionais da Educação, da ativa e aposentados, estudantes, a população de forma geral, porque a Educação é instrumento central de desenvolvimento do Estado e da Nação, com soberania e justiça social.

Por isso, também é fundamental intensificarmos a coleta de assinaturas na PEC de iniciativa popular, anexo a este Boletim, para garantir a manutenção dos 30% do orçamento estadual para a Educação. Como já foi orientado anteriormente, as subsedes devem montar postos de coleta em todos os locais de concentração popular nos bairros e comunidades e também nas próprias escolas. É necessário que a pessoa coloque o número do Título de Eleitor, para que a assinatura tenha valor legal.

Lembramos que a APEOESP, com mobilização pela base, já venceu grandes batalhas, como em plena pandemia quando postergou a volta às aulas presenciais, garantindo a vacinação prioritária dos profissionais da Educação e abrindo caminho para essa conquista em todo o Brasil. Mais recentemente, acabamos com o confisco de aposentados e pensionistas, conseguimos a preservação de 50 mil empregos com a prorrogação dos contratos dos professores da categoria O e tivemos grande participação na conquista do FUNDEB permanente.

Dia estadual de greve do funcionalismo e estatais será no dia 28/11 - Concentração às 15 horas na Alesp

Também estamos na luta pela rejeição do Projeto de Lei Complementar 138/2023, que dá início à reforma administrativa que Tarcísio de Freitas quer impor para desmontar os serviços públicos e atacar os direitos do funcionalismo, bem como contra o Projeto de Lei 1501/2023 que autoriza a privatização da Sabesp. Da mesma forma, nos posicionamos contra a privatização do Metrô e da CPTM.

Esses pontos, articulados com o corte de verbas da Educação, além das pautas específicas de cada segmento, compõem a pauta única de luta do funcionalismo, das estatais e dos movimentos sociais, que realizarão conjuntamente o Dia Estadual de Greve do Funcionalismo e das Estatais em 28/11, com concentração unificada na Alesp às 15 horas.

A luta também é contra as demissões no Metrô e contra qualquer tipo de perseguição às lideranças sindicais e à militância nas estatais e nos serviços públicos. Vamos todos juntos organizar mais essa jornada de lutas para enfrentar o governo bolsonarista de destruição do senhor Tarcísio de Freitas.

Por atribuição de aulas presencial, justa e transparente!

A APEOESP está cobrando reunião com a SEDUC para tratar do processo de atribuição de aulas, frente a diversas informações que vêm circulando nas redes sociais sobre supostas regras para o processo de atribuição de aulas de 2024.

Nosso Sindicato luta por um processo de atribuição de aulas presencial, justo e transparente, no qual o tempo de serviço seja o critério de classificação, que pode ser enriquecido com fatores de formação dos professores.

Por isso, a APEOESP reivindica da SEDUC que apresente oficialmente a minuta dos critérios para que sejam debatidos e eventualmente alterados

antes que se tornem resolução. Esse compromisso foi, inclusive, firmado com nossa entidade em reunião com o secretário-executivo da pasta.

Também continuamos a cobrar da SEDUC que cumpra seu compromisso de enviar para a Alesp os projetos de lei que tratam do cumprimento das Atividades Pedagógicas Diversificadas (APD) em local de livre escolha e das faltas-aula. Esse compromisso foi feito e reafirmado publicamente e em reuniões, e até o momento não cumprido.

SEDUC realizou concurso repleto de irregularidades e erros

O concurso público para a contratação de professores de ensino fundamental e médio organizado pela SEDUC é um festival de erros e problemas. Em primeiro lugar, são apenas 15 mil vagas, quando a rede estadual de ensino conta hoje com no mínimo 98 mil professores temporários, grande parte deles ameaçados de demissão. Vai faltar professores na rede!

Em segundo lugar a realização do concurso em si foi uma tragédia. Apenas para citar dois casos, houve 8 das 30 questões anuladas em História e 6 das 30 questões anuladas em Filosofia. Como podem errar tanto? A correção das provas carece totalmente de objetividade, o que deve ser regra em um concurso público. Pior, a manutenção da exigência de videoaula fere direitos elementares dos professores, que não serão contratados para serem videomakers.

APEOESP ingressou com a ação contra as videoaulas e vai intensificar o trabalho jurídico para que sejam anuladas. Ao mesmo tempo, as subsedes estão orientadas e capacitadas para oferecer todo o auxílio necessário aos associados e associadas quanto a ações individuais.

Finalmente, atestando a grande confusão deste concurso, a SEDUC teve que reabrir, até as 23h59min de 01.11.2023, o prazo para recursos em relação ao resultado da prova discursiva, devido a “erros operacionais”, ficando sem efeito os recursos interpostos contra a nota da prova discursiva nos dias 25 e 26.10.2023.

Cessar fogo já na Palestina!

A APEOESP reafirma os termos da moção aprovada na reunião

Secretaria de Comunicação

do CER do dia 20/10 contra o massacre promovido pelo Estado de Israel na Faixa de Gaza, agora se estendendo para a Cisjordânia, na Palestina e soma a sua voz aos milhões que clamam pelo cessar fogo imediato.

Será criado um espaço fixo no Portal da APEOESP na Internet e será promovido um debate sobre esse tema, com personalidades e estudiosos que possam nos ajudar a compreender o que se passa e a massificar nossa luta pela paz.

Pelo fim da violência nas escolas

Frente à ocorrência de novos casos de violência nas escolas, particularmente o ataque que causou a morte da jovem estudante Giovanna Bezerra Silva e ferimentos em mais quatro estudantes na Escola Estadual Sapopemba, a APEOESP voltará a divulgar os dados da mais recente pesquisa que realizou sobre o tema por meio do Instituto Locomotiva. Também intensificará cobranças à SEDUC por medidas estruturais e preventivas que vão muito além das que foram anunciadas, superficiais e insuficientes para proteger as vidas de professores, funcionários e estudantes no ambiente escolar.

Estamos estudando a possibilidade de realização de um ato simbólico contra a violência em frente a essa unidade escolar, com apoio da comunidade.

Provão paulista prejudicará estudantes do noturno

Ingressamos com representação no Ministério Público do Estado de São Paulo para denunciar que a SEDUC aplicará o chamado Provão Paulista entre 28 a 30 de novembro, dias úteis, apenas no período diurno, sem que esteja prevista aplicação de prova no período noturno, prejudicando os estudantes deste período, cuja maioria, senão a totalidade, trabalha durante o dia.

Pedimos, portanto, ao MP, que tome providências para que as provas sejam também aplicadas no noturno, para que os estudantes trabalhadores possam participar.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 1º- Dá nova redação ao caput do artigo 255 da Constituição do Estado de São Paulo

Artigo 255 - O Estado de São Paulo aplicará, anualmente, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, no mínimo, trinta por cento de sua receita corrente, aí incluídas as receitas provenientes de impostos, inclusive os recursos provenientes de transferências da União.

Artigo 2º- A presente lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Prover Educação pública, gratuita, laica, inclusiva, de qualidade à população é dever constitucional do Estado, em todas as suas esferas.

O cumprimento desta obrigação constitucional requer do Estado investimentos compatíveis e adequados à realidade brasileira e do Estado de São Paulo, considerando que convivemos com elevado déficit educacional. Destinar recursos à Educação pública, portanto, não significa gasto, e sim investimento nas gerações futuras e no desenvolvimento da nação.

Assim, nós, cidadãos, cidadãos e eleitores(as) do Estado de São Paulo, com fundamento no artigo 22, IV da Constituição do Estado de São Paulo, vimos, por meio do presente documento, apresentar Projeto de Emenda à Constituição do Estado de São Paulo, para que os percentuais mínimos de recursos que o Estado deve destinar à Educação permaneçam em 30% do Orçamento Estadual, incidentes sobre o total de receitas do Estado, e não apenas sobre a receita proveniente de impostos.

NOME	TÍTULO DE ELEITOR	ASSINATURA
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		
27.		
28.		
29.		
30.		